



**CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO**

LEI MUNICIPAL Nº. 2.001/2020

Em, 08 de junho de 2020.

**DISPÕE SOBRE AS INFRAÇÕES
SANITÁRIAS E A APLICABILIDADE
DAS PENALIDADES PELA VIGILÂNCIA
SANITÁRIA NO MUNICÍPIO DE SÃO
MIGUEL DO GUAPORÉ-RO, E DÁ
OUTRAS DISPOSIÇÕES.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ – RO, no uso de suas prerrogativas legais, **FAZ SABER**, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte

L E I

TÍTULO I

Das Infrações e Penalidades

Art. 1º. Para os efeitos desta Lei, considera-se infração a desobediência ou a inobservância ao disposto nesta lei.

Art. 2º. Responde pela infração a pessoa física ou jurídica que, por ação ou omissão, de qualquer modo lhe der causa, concorrer para sua prática, sendo a multa aplicada sobre o CNPJ ou CPF do infrator.

Art. 3º Fica estabelecida multa nos seguintes valores:

Pessoas Jurídicas: pagamento da quantia de R\$ 20,00 (vinte reais) a cada m2 do estabelecimento, dobrando o valor em caso de reincidência, cumulado com a suspensão do alvará de funcionamento.

Pessoas Físicas: pagamento da quantia de R\$ 100,00 (cem reais) por pessoa autuada, dobrando o valor em caso de reincidência.

Art. 4º São infrações sanitárias:

I – Fazer funcionar estabelecimento comercial ou industrial, de prestação de serviço durante o período de proibição estabelecido em norma que estabeleça Estado de Emergência ou Calamidade Pública, ou descumprir os requisitos fixados por estas normas para o funcionamento durante o período extraordinário, ou estar em desacordo com os decretos regulamentadores;

II – impedir ou dificultar a aplicação de medidas sanitárias relativas às doenças transmissíveis e sua disseminação;

III – Circular na via pública ou frequentar estabelecimentos públicos, quando já notificado de ser portador de doença transmissível;



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ
ESTADO DE RONDÔNIA
PODER LEGISLATIVO

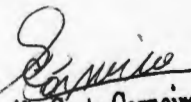
IV – Circular na via pública, incluídos veículos particulares transportando mais de uma pessoa, sem a proteção denominada máscara;

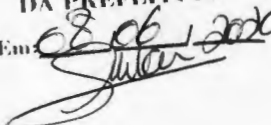
Art. 5.º Da aplicação das penalidades, caberá recurso ao respectivo órgão autuador, no prazo de trinta dias.

Art. 6.º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições que lhe forem contrárias ou incompatíveis.

Câmara Municipal de São Miguel do Guaporé, 08 de junho de 2020.

APROVADO
Em 08/06/2020


Sebastião Costa Carneiro
Presidente / CMSG

PUBLICADO NO MURAL
DA PREFEITURA
Em 08/06/2020


SANCIONADO
Em 08/06/2020


Cornélio D. de Carvalho
Prefeito Municipal